

## As redes de cooperação: o caso de estudo Interreg III B e C

Diogo de Abreu - diogo.abreu@ceg.ul.pt ; Mário Vale - mario.vale@campus.ul.pt ; Ana Mendes - anamendes@fl.ul.pt ; Ana Mendes - anamendes@fl.ul.pt ;

Interreg, redes sociais, parceiros portugueses

Desde o início dos anos 80 que se verifica uma crescente percepção da influência transnacional nos processos de desenvolvimento territorial. Na União Europeia (UE), estas tendências são acentuadas pelo processo de integração Europeia em curso. Embora os debates sobre os impactos reais e potenciais do processo de integração Europeia permaneçam acesos, este processo é, sem dúvida, uma poderosa influência na reorganização das instituições territoriais nos estados membros, que encoraja a inclusão de uma maior cooperação no sistema territorial da União Europeia.

Veltz (1996) refere que as redes territoriais estão a contribuir para uma mudança da região, como resultado da globalização e particularmente pelo transporte de alta velocidade e pelas redes de telecomunicações. O trabalho de Castells (1996) sobre a Sociedade em Rede descreve a dinâmica económica e social da nova era da informação. Os resultados podem ser cartografados como uma nova geografia estruturada em torno de grandes áreas urbanas que são cada vez mais conectadas (as redes territoriais) e são de certa forma menos relacionadas com as tradicionais regiões (as chamadas "territori zona"). No entanto, as relações inter-urbanas são menos hierárquicas e menos piramidais que as identificadas por Christaller (1933) na teoria clássica dos lugares centrais, porque os pólos na rede urbana tornaram-se mais especializados e, assim, prestam serviços especializados, servindo mesmo os grandes aglomerados urbanos (Emanuel e Dematteis, 1990).

Esse paradigma de rede tem sido amplamente utilizado na geografia económica, particularmente na área das redes de inovação (Moulaert & Sekia, 2003; Vale, 2009). Os princípios subjacentes a esta "sociedade em rede" também foram considerados na análise do desenvolvimento territorial, nomeadamente no que respeita a reconfiguração e redimensionamento de formas de organização territorial (Brenner, 1999; MacLeod, 2001). O paradigma da rede de desenvolvimento territorial é fundamental para as orientações da política territorial da União Europeia, que visa a coesão territorial e o desenvolvimento de oportunidades através do fomento da cooperação entre as regiões (CCE, 2004), tendo já isto sido identificado durante o processo de deliberação que levou à publicação do Esquema de Desenvolvimento Europeu Comunitário [EDEC] (CEC, 1999). Este documento constitui uma matriz não-vinculativa que visa um conjunto de princípios orientadores para as políticas territoriais, de forma a promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável do território europeu. O EDEC introduziu, entre outros, o conceito da cooperação territorial

enquanto instrumento de aplicação da sua filosofia. Ao nível operacional, os programas de cooperação transfronteiriça e transnacional, desenvolvidos no âmbito da iniciativa Interreg, foram os elementos mais visíveis de aplicação dos conceitos e dos princípios do EDEC. Embora estes programas não representem uma grande fatia do orçamento de fundos estruturais, existe a expectativa que os seus resultados, em termos de obtenção de uma maior coesão territorial e desenvolvimento equilibrado do território europeu, se traduzam em valor acrescentado para os participantes. Há um corpo de literatura, cada vez mais sólido, que se debruça sobre os processos de cooperação territorial através do Interreg. Contudo, no que diz respeito à cooperação territorial e às redes territoriais, existe ainda um campo de investigação ainda subdesenvolvido, mas com algumas iniciativas interessantes (Caramelo, 2007; Medeiros, 2010) nomeadamente na identificação e monitorização da forma como estas políticas e iniciativas se repercutem diferenciadamente ao longo do território europeu.

Uma vez definida a matriz contextual, esta comunicação propõem-se a desenvolver uma melhor compreensão sobre a forma como o território de Portugal Continental responde a este conjunto de estímulos de mudança. Mais especificamente, este trabalho pretende identificar os padrões de cooperação territorial no âmbito dos projectos do Interreg III B e C onde estiveram envolvidos parceiros portugueses. Ao definir este objectivo de investigação, procura-se contribuir para um conhecimento mais aprofundado sobre esta dimensão territorial do processo de integração europeia de Portugal Continental.

Em termos metodológicos foram realizadas entrevistas aos chefes de fila que participaram em projectos de cooperação, no âmbito do INTERREG III B e III C. Deste modo, pretende-se identificar os padrões territoriais de cooperação e as dinâmicas espaciais. As entrevistas tiveram como fim avaliar os projectos de cooperação territorial, em termos das seguintes dimensões de análise: características dos actores, características das parcerias, objectivos, cultura de planeamento, valor acrescentado e características das redes. Mais especificamente, pretende-se investigar os padrões de cooperação territorial nestes programas de cooperação, identificando os processos daí resultantes em termos de redes sociais e das dinâmicas espaciais. Os conceitos das redes territoriais e da cooperação territorial, são elementos essenciais na análise das dinâmicas espaciais e das inovações processual que lhe estão associadas.

Em termos estruturais a comunicação será organizada em três partes. Em primeiro lugar, pretende-se fazer uma reflexão teórica sobre os principais conceitos da política regional comunitária e em particular sobre a cooperação territorial. Em segundo lugar, será explicitada a metodologia utilizada que irá centrar-se na análise das redes sociais e na análise de conteúdo. Por último serão feitas algumas considerações finais sobre a política europeia de cooperação territorial e o processo de transformação das regiões decorrente do contributo de redes de cooperação.